



**CURADORIA E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS DISSIDENTES: A CONCESSÃO
COMO ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO**

***CURATORSHIP AND DISSIDENTS ARTISTIC PRODUCTIONS: CONCESSION AS
A STRATEGY OF CONTAINMENT***

Farley Santana Pereira¹
Escola Superior de Propaganda Marketing - SP
Associado/a/e ANPAP: Não

RESUMO

Este artigo investiga como as práticas curatoriais da 35ª Bienal de São Paulo, sob o tema “coreografias do impossível”, operaram a legitimação e o consumo simbólico da arte racializada. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e revisão teórica, examina-se o catálogo oficial da mostra como principal fonte de investigação. O objetivo é compreender as estratégias e os limites da curadoria diante das tensões entre visibilidade institucional e mercantilização da diferença. Os resultados indicam que, embora a curadoria proponha uma abertura crítica a corpos, histórias e linguagens subalternizadas, essa visibilidade está condicionada a estruturas simbólicas de reconhecimento que operam tanto a concessão quanto o controle.

Palavras-Chave: Curadoria. Bienal de São Paulo. Arte. Racialidade.

ABSTRACT

This article investigates how the curatorial practices of the 35th São Paulo Biennial, under the theme “coreografias do impossível”, have operated the legitimation and symbolic consumption of racialized art. Based on a qualitative approach, grounded in document analysis and theoretical review, the study examines the exhibition’s official catalog as the main source. The aim is to understand the strategies and limits of curatorship amid the tensions between institutional visibility and the commodification of difference. The results indicate that, although the curatorial proposal seeks to open critical space for marginalized bodies, histories, and aesthetics, such visibility is conditioned by symbolic structures of recognition that operate both concession and control.

KEYWORDS: *Curatorship. Bienal de São Paulo. Art. Raciality.*

Introdução

A presença de artistas racializados em espaços institucionais de arte é, hoje, tema central nas disputas por visibilidade simbólica e transformação estrutural do campo

¹ Cientista do consumo e publicitário com atuação em com investigações sobre arte, cultura, mercado e práticas de consumo a partir dos desdobramentos de comportamento, subjetividade e sociedade. Transita entre a academia e o mercado, articulando teoria e prática na leitura de fenômenos culturais e mercadológicos. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3174947371828176>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1145-9373>



cultural. A curadoria, como prática mediadora, assume papel estratégico nesse processo, sendo ao mesmo tempo instrumento de abertura crítica e dispositivo de controle. Este artigo analisa como a 35ª Bienal de São Paulo, sob o título “*coreografias do impossível*”, articulou práticas curatoriais que tornaram visíveis produções artísticas racializadas em meio a lógicas de legitimação estética e mercadológica.

Partimos da premissa de que a arte, enquanto linguagem simbólica, participa ativamente da construção do sensível, como propõe Rancière (2005). Assim, ao investigar as escolhas curatoriais da Bienal, busca-se compreender como a arte racializada é mobilizada institucionalmente, seja como estratégia crítica, seja como ativo simbólico.

O objetivo deste artigo é examinar as formas pelas quais a curadoria da 35ª Bienal operou a incorporação e circulação da arte produzida por artistas racializados, analisando seus desdobramentos simbólicos, políticos e mercadológicos. A análise está ancorada em três eixos: o poder simbólico da curadoria, a estetização do ordinário e a tensão entre dissidência e mercantilização.

Metodologia

Adotando uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e revisão bibliográfica para investigar como as práticas curatoriais da 35ª Bienal de São Paulo operaram a legitimação e o consumo simbólico da arte racializada, aqui fundamentamos na proposta de interpretar fenômenos culturais a partir de seus contextos, sentidos e disputas simbólicas, reconhecendo que as produções artísticas e institucionais não são neutras, mas atravessadas por relações de poder, reconhecimento e exclusão (MARTINS, 2004).

A principal fonte documental da pesquisa é o *Catálogo da 35ª Bienal de São Paulo – coreografias do impossível* (2023), organizado por Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel. O catálogo foi selecionado por sua centralidade na construção discursiva da mostra, reunindo textos curatoriais, descrições de obras e registros de artistas participantes, e constituindo-se como ferramenta estratégica de mediação institucional.



Para o tratamento do material, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), dividida em três etapas: pré-análise, com definição das categorias; exploração do material, por meio de codificação sistemática; e interpretação dos dados, articulando-os com o referencial teórico. As categorias analíticas foram definidas previamente, com base nos objetivos da pesquisa, e organizadas em três eixos principais.

A primeira categoria, curadoria, busca identificar as estratégias curatoriais e os discursos institucionais mobilizados pela equipe curatorial. A segunda categoria, identidade racial, tem como objetivo compreender como os artistas racializados são representados no discurso institucional e como suas produções são estetizadas. Por fim, a terceira categoria, consumo simbólico, permite analisar como a inserção dessas produções no espaço expositivo articula-se a lógicas de mercado e distinção.

A revisão bibliográfica complementa a análise documental, sendo fundamentada em autores que discutem os regimes estéticos a partir de Rancière (2005; 2010); racialização com Munanga (2004) e Mombaça (2020); consumo simbólico Castro (2014) Baudrillard (2007) e artificação Shapiro (2014). Esses aportes teóricos oferecem as bases para a interpretação dos dados, permitindo compreender os processos simbólicos envolvidos na visibilidade e mercantilização da arte racializada no contexto da Bienal.

Por fim, reconhece-se que a interpretação dos dados envolve um grau de subjetividade e está condicionada às fontes disponíveis, especialmente no que se refere à intencionalidade curatorial registrada nos documentos oficiais. Contudo, a triangulação entre análise de conteúdo e fundamentação teórica busca conferir maior consistência crítica à investigação.

Fundamentação Teórica

A curadoria, como prática discursiva e política, atua na distribuição do sensível, operando como mediadora entre produção artística, instituição e público. A partir de Rancière (2005; 2010), entende-se que a arte não possui uma essência fixa, mas se insere em regimes estéticos que organizam o visível, o audível e o pensável. No



regime estético, que caracteriza a arte contemporânea, a experiência artística é marcada pela suspensão das hierarquias tradicionais e pela ampliação das formas de percepção, permitindo que a arte funcione como reorganização da experiência sensível coletiva.

Neste regime, a curadoria ganha centralidade como articuladora simbólica, capaz de definir o que é exibido, como é exibido e a quais narrativas é conferida legitimidade. Como destaca a análise do catálogo da 35ª Bienal de São Paulo, as escolhas curatoriais não apenas compõem um discurso institucional, mas também constroem modos de existência possíveis no espaço da arte.

No campo da racialização, autores como Munanga (2004) e Mombaça (2020) revelam que o reconhecimento de produções artísticas racializadas está atravessado por processos históricos de inferiorização e exotificação. A racialização, nesse sentido, não é apenas uma marca identitária, mas uma lógica de poder que atua na construção de hierarquias simbólicas e na mercantilização da diferença. A inserção da arte racializada em circuitos institucionais, como a Bienal, implica tensionamentos entre o reconhecimento político e a adaptação às exigências estéticas e comerciais.

A noção de consumo simbólico, por sua vez, permite compreender como valores culturais e identitários são mobilizados no campo artístico. Castro (2014) propõe o consumo como prática social e linguagem cultural, que ultrapassa a lógica da necessidade para operar como forma de distinção e pertencimento. No contexto da arte, essa lógica se expressa na valorização de obras como bens simbólicos e no papel das instituições como legitimadoras de narrativas e estéticas.

A esse respeito, autores como Bulhões (1991) e Baudrillard (2007) apontam para a ambiguidade da arte institucionalizada, que mesmo quando orientada por discursos críticos, pode ser absorvida pelas engrenagens do mercado e transformada em mercadoria simbólica. A crítica social incorporada às práticas curatoriais pode, assim, ser neutralizada ou estetizada, sobretudo quando articulada às demandas de visibilidade, diversidade e inclusão, como evidenciado na 35ª Bienal.



Por fim, o conceito de artificação, definido por Shapiro (2007) como processo pelo qual práticas são incorporadas ao campo legítimo da arte, nos ajuda a compreender como expressões estéticas racializadas adquirem valor artístico somente quando validadas institucionalmente, operando entre a abertura simbólica e a domesticação cultural. A curadoria, nesse cenário, torna-se um campo de disputa entre insurgência estética e controle simbólico.

Discussão

A curadoria, longe de ser uma função meramente técnica, emerge como um dispositivo central na produção simbólica e política de grandes mostras como a Bienal de São Paulo. Historicamente, essa figura tem operado na interseção de interesses institucionais, pressões de mercado e proposições críticas. Desde sua incorporação oficial na 16ª edição (1981), a curadoria passou a ocupar um lugar estratégico, definindo linguagens artísticas e temas expositivos. Contudo, esse espaço nunca esteve isento de tensões, oscilando entre propostas propositivas e edições mais conservadoras, o que revela um campo de disputa simbólica constante.

A relação entre curadores e Bienais pode ser entendida como um exercício fragmentado de globalização simbólica, no qual o curador atua como mediador de redes complexas. Tais mostras tornam-se "espaços polarizadores para a legitimação de certas práticas artísticas e curatoriais dentro da indústria cultural global" (SEABRA, 2016, p. 64). Essa lógica de circulação transforma os produtos culturais em bens de consumo globalizados, onde a legitimação está intimamente ligada a redes transnacionais. Conforme Oguibe (2004, p. 13) aponta, embora bienais e trienais tenham a intenção de funcionar como espaços experimentais, "têm sido cooptados pelo elaborado mecanismo mercantil do jogo cultural como área de validação comercial, transformando-se, dessa forma, indiscutivelmente em espaços de desejo e aqueles que têm controle sobre eles."

Essa perspectiva demonstra como o papel do curador evoluiu de uma qualificação acadêmica para habilidades empresariais (OGUIBE, 2004), consolidando diferentes modos de atuação, como o do curador corretor cultural. Tal perfil, central no cenário

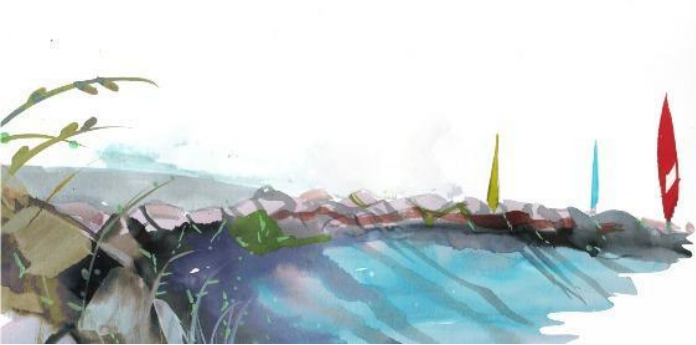


contemporâneo, atua como um agente intermediário que facilita o acesso de artistas a redes de legitimação e consumo simbólico. Mais do que uma função técnica de seleção, a curadoria configura-se como um operador simbólico e político, responsável por articular narrativas, configurar visibilidades e estabelecer critérios de pertencimento, qualificando ou desqualificando obras e trajetórias.

No caso da Fundação Bienal de São Paulo, conforme analisa Pereira (2016), a instituição opera como mediadora entre o campo artístico e os interesses corporativos, mantendo um estatuto híbrido que, ao mesmo tempo que acolhe discursos críticos, estabelece formas de contenção simbólica. A Bienal não é apenas palco de experimentações estéticas, mas também arena de negociações políticas e econômicas, onde a curadoria ocupa posição de operador entre a radicalidade e a legitimidade.

No contexto da 35ª Bienal, a curadoria atuou como instrumento de busca por diferentes narrativas, complexificando e transformando objetos, práticas e estéticas que antes estavam fora do circuito legitimado em objeto material e/ou simbólico para o projeto expositivo. Ao reposicionar o ordinário no campo do artístico, a curadoria age como agente de transformação simbólica, realizando uma operação socialmente situada que Shapiro (2007) define como artificação. Essa proposta curatorial não apenas estetiza o cotidiano, mas o reconfigura socialmente, reafirmando o papel da curadoria como força ativa no processo de artificação e operadora de distinção dentro do campo simbólico.

A 35ª Bienal, conduzida por um coletivo curatorial composto por Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel, apresentou um modelo descentralizado que tensiona as estruturas tradicionais. Essa formação heterogênea e interdisciplinar propôs uma ruptura com a lógica hierárquica, buscando "desmantelar essas hierarquizações" (KILOMBA, 2023). Ao promover uma curadoria em regime de colaboração e escuta, os curadores deslocaram sua própria autoridade estética, alinhando-se ao conceito de artificação: transformar práticas, narrativas e saberes historicamente periféricos em arte legitimada pelo circuito institucional. O pilar conceitual do tempo espiralar, de Leda Maria Martins (2021), fundamentou essa



abordagem, rompendo com a linearidade temporal e ativando a ancestralidade como campo de ação política e poética.

Nesse contexto, o mote curatorial articulou a presença de artistas e curadores racializados, evidenciando uma inflexão qualitativa na forma como a arte é pensada e legitimada. A seleção de 80% de artistas negros, indígenas ou não brancos e a presença de curadores autodeclarados negros marcam um avanço na busca por diversidade e inclusão. No entanto, essa centralidade das identidades dissidentes não é isenta de contradições. Pedersen (2023) alerta que essa guinada crítica pode desencadear um segundo movimento: a visibilidade como ativo de mercado, transformando a inclusão institucional de corpos e vozes racializadas em capital simbólico e financeiro.

É nesse ponto que se torna central a crítica de Mombaça (2020), que alerta para a lógica da "estética da tolerância": um regime em que a presença de corpos dissidentes é aceita desde que se mantenha dentro dos limites da inteligibilidade institucional. Assim, a curadoria, mesmo quando engajada com epistemologias insurgentes, pode operar como dispositivo de contenção. A inclusão de narrativas dissidentes pode ser lida como concessão simbólica, como uma coreografia de permissões e interdições que redefine o dissenso em chave esteticamente aceitável.

A racialização, entendida como processo histórico e simbólico de atribuição de valor a partir da diferença fenotípica e cultural, é tensionada por essa curadoria que assume como tarefa o deslocamento dos padrões eurocentrados da arte. Contudo, como argumenta Munanga (2004), a raça continua sendo uma ficção biologicamente insustentável, mas socialmente eficaz. Sua eficácia se revela nos modos como o campo da arte organiza o acesso, o pertencimento e a consagração, mesmo quando aparentemente o questiona.

A 35ª Bienal, ao propor "coreografias do impossível", convidou olhares para outras formas de existência e criação. No entanto, a questão que permanece é até que ponto essas "coreografias" não se tornam possíveis exatamente por terem sido previamente codificadas, categorizadas e contidas. A artificalização, nesse contexto, opera como um



filtro que permite a entrada de identidades dissidentes, mas também determina as condições dessa entrada, por vezes deslocando-as de seus contextos originários para ressignificação segundo critérios de inteligibilidade institucional.

Dessa forma, a presença de identidades dissidentes na 35ª Bienal se dá em uma zona ambígua, marcada por avanços e limites. Ao mesmo tempo em que há uma ampliação do repertório estético e político, permanece a necessidade de questionar sob quais condições esses corpos e saberes são aceitos, traduzidos e consumidos. A curadoria, nesse sentido, não escapa às contradições do campo institucional, mas as explicita, as performa e, em certa medida, as tensiona, escancarando o que historicamente foram ausências — e o faz num contexto em que o reconhecimento simbólico ainda não se converteu plenamente em redistribuição de poder, recursos e narrativas. O que está em disputa, portanto, não é apenas a visibilidade, mas a forma como essa visibilidade se articula com o desejo institucional de controle.

Considerações Finais

A análise da 35ª Bienal de São Paulo, a partir de seu catálogo institucional, revelou as ambivalências que atravessam a curadoria de arte racializada no contexto contemporâneo. Se por um lado, a mostra propôs rupturas discursivas ao centralizar práticas, corpos e linguagens historicamente marginalizados, por outro, sua realização dentro de um circuito institucional consagrado como a Bienal expõe as contradições do campo artístico: a abertura simbólica ocorre sob a vigilância de estruturas que operam a distinção, a filtragem e a mercantilização da diferença.

A curadoria, nesse cenário, atua como instância decisiva na disputa pelos sentidos do sensível. Ao legitimar certas produções estéticas, ela reorganiza o que pode ser reconhecido como arte, mas também modula o modo como essa arte será percebida, apropriada e consumida. No caso da arte racializada, esse movimento é ainda mais delicado: ao mesmo tempo em que possibilita o reconhecimento político e simbólico de subjetividades negras e dissidentes, também as reinscreve em um sistema que tende à estetização e à neutralização de suas potências críticas.



A proposta curatorial da 35ª Bienal, ainda que sustentada por princípios de descentralização e escuta, é atravessada pelas exigências do sistema da arte, cujas engrenagens operam sob lógicas de capital simbólico e distinção institucional. A visibilidade, portanto, não pode ser confundida com transformação estrutural. A arte racializada continua sendo disputada: entre insurgência e cooptamento, entre reconhecimento e fetichização, entre emancipação e artificação.

Conclui-se que o campo da arte contemporânea — e a curadoria enquanto sua operadora simbólica — permanece como um território de negociação política. A crítica institucional, para ser efetiva, precisa não apenas abrir espaço para outras narrativas, mas desestabilizar as condições que limitam sua circulação autônoma. Reconhecer essa ambiguidade é condição para repensar os mecanismos que definem quem pode aparecer, com que linguagem e sob quais formas de validação.

Referências

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. *Arte-Educação: Leitura no Subsolo*. São Paulo: Cortez, 1991.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. *A escuridão é outra forma de brilhar*. São Paulo: Capulana, 2022.

BULHÕES, Maria Amélia. *Arte contemporânea: mercado e sistema de legitimação*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

CASTRO, Gisela. *Consumo e comunicação: uma abordagem simbólica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MOMBÇA, Jota. *Não vão nos matar agora: arte, resistência e colonialidade*. Salvador: Edições Diálogos Insubmissos, 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.



extremos

34º Encontro Nacional *anpap*® FURG Rio Grande/RS

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SHAPIRO, Roberta. "Artification". Sociologie de l'Art, n. 20, p. 83-94, 2007.

Fundação Bienal de São Paulo. Catálogo da 35ª Bienal de São Paulo – Coreografias do Impossível. São Paulo: Fundação Bienal, 2023.